

LUGAR DE FALA E QUARTO DE DESPEJO: DIÁRIO DE UMA FAVELADA, DE CAROLINA MARIA DE JESUS

Mariana da Silva Santos¹

Renata Kelen da Rocha²

Vilma da Silva Araújo³

Resumo: Este artigo objetiva analisar a importância e a reverberação de relatos como o de Carolina Maria de Jesus (2014), em sua obra de estreia, *Quarto de despejo: Diário de uma Favelada*, a partir do conceito de lugar de fala, o qual explicita as divergências nas experiências de grupos sociais, em razão da origem deles. Para isso, será utilizada, como parâmetro teórico, a obra de Djamila Ribeiro (2017): *O que é lugar de fala*. Com isso, espera-se ensejar uma reflexão sobre a trajetória e a recepção do produto literário, considerando o preconceito enfrentado em razão do locus social ocupado por ela.

Palavras-chave: Lugar de fala; Djamila Ribeiro; Carolina Maria de Jesus.

Abstract: This article aims to examine the significance and impact of narratives like that of Carolina Maria de Jesus (2014) in her seminal work, “Child of the Dark: The Diary of Carolina Maria de Jesus,” by employing the concept of “a place of speech.” This concept elucidates disparities in the experiences of different social groups based on their backgrounds. Drawing on Djamila Ribeiro’s (2017) theoretical framework in “O que é lugar de fala” (recently translated into English as “Where We Stand: Speech, Place, Justice” by Yale University Press), the objective is to prompt a reflection on the trajectory and reception of de Jesus’s literary output, considering the prejudice she faced due to her social position.

Keywords: A place of speech; Djamila Ribeiro; Carolina Maria de Jesus.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutora em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. Estágio pós-doutoral na Universidade Estadual do Centro-Oeste, Campus Guarapuava. Email: marianassantos687@gmail.com.

2 Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. Email: renatarocha852@gmail.com.

3 Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. Email: vilmaaraujomga@gmail.com.

Introdução

Em 1958, o jornal *Folha da Noite*, publicou uma reportagem com trechos de um diário de uma das moradoras da favela do bairro Canindé, em São Paulo. O sucesso permitiu a reprodução do texto na revista *O Cruzeiro*, no mesmo ano. Após dois anos, a edição na íntegra foi traduzida em pelo menos treze línguas, tornando-se *bestseller*. *Quarto de despejo: Diário de uma Favelada*, de Carolina Maria de Jesus, foi a obra de estreia da autora, resultado do registro da sua experiência como mulher negra favelada na grande metrópole brasileira.

O diário, como gênero literário, é uma importante ferramenta de denúncia, como pode ser exemplificado através do livro *O diário de Anne Frank*. Nele, a partir do ponto de vista de uma garota, entre quatorze e dezesseis anos, ela relata como o nazismo modificou completamente a sua vida e o seu destino. A jovem de origem judaica revelou, adotando um tom intimista, as adversidades que ela e a sua família tiveram que enfrentar com a ascensão do governo ultraconservador liderado por Adolf Hitler. Diversas pessoas, incluindo Anne Frank, foram mortas, vítimas do Nazismo. Após a descoberta de seu caderno, ele foi publicado e lido por milhões de pessoas, em diversos países, auxiliando o desmantelamento da busca pela hegemonia absoluta da raça ariana, assim como a compreensão histórica e social de alguns eventos.

Como apontou Philippe Lejeune (2008), em *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*, o diário pode ser considerado uma “escrita ordinária”, invisível, o qual, por ser um epifenômeno, revela-se como uma prática. Ao tentar captar a narrativa de uma vida, é possível ter acesso não só ao contingente autobiográfico de alguém, como também, por meio disso, revela-se um sentido, uma revolução psicológica, política e literária (principalmente, após *Confissões*, de Rousseau). Ao seguir essa linha de pensamento, as escritas no diário podem apresentar uma linguagem cotidiana, viva, uma “arte da verdade”, que, ao colocar a enunciação no centro da narrativa, escaparia do caráter moral ou finalizado que uma argumentação ou ficção pode apresentar. Assim, considera-se que a escrita do diário, como gênero autobiográfico, cujo objeto é a escrita do “eu”, insere-se no campo do conhecimento histórico (movido pelo desejo de saber e compreender), no campo da ação (promessa de oferecer uma verdade a alguém) e no campo da criação artística (LEJEUNE, 2008).

Poder-se-ia argumentar que, em época da pós-verdade, não é possível acreditar que o gênero autobiográfico ofereceria uma verdade ao público leitor, já que, ao colocar-se por escrito, a entidade autora pode desenhar uma identidade narrativa que se mantém em processo de criação, isto é, haveria a reescrita, simplificação de rascunhos e a revisitação a momentos.

Contudo, assim como Lejeune (2008) explicou, as pessoas que andam na rua só permanecem em pé devido às suas verdades, às suas narrativas: “se a identidade é um imaginário, a autobiografia que corresponde a esse imaginário está do lado da verdade” (LEJEUNE, 2008, p. 104). Dessa maneira, é possível constatar que, apesar de a escrita autobiográfica ser uma construção imaginária, de escolhas, preenchimento de lacunas e invenções, com a sua produção, formas gerais são propostas, auxiliando quem lê a construir a sua identidade, tomar consciência de seu tempo, compreender outras verdades e valores.

Dito isto, pode-se pensar que Carolina Maria de Jesus, em seu diário, denuncia as amarguras daqueles que são condenados a resistir à extrema pobreza e à precariedade da favela. Com isso, ela contribui não só para a composição do campo literário, como também para a denúncia da falácia da hierarquia racial. O resgate da obra da autora brasileira é, portanto, uma tentativa deliberada do enfrentamento do racismo estrutural presente no Brasil, desde a sua colonização até os dias atuais.

○ Brasil, marcado por uma história de escravidão que perdurou por mais de três séculos, enfrenta desafios persistentes relacionados ao racismo, tanto em suas formas explícitas quanto nas mais sutis e estruturais. A escravidão no Brasil, que teve início no século XVI, foi uma instituição brutal que deixou marcas profundas na sociedade. A desumanização dos africanos escravizados, a negação de seus direitos fundamentais e a exploração de seu trabalho contribuíram para a formação de estruturas raciais arraigadas. Embora a escravidão tenha oficialmente terminado em 1888, a herança desse período persiste de maneira contundente. O racismo, hoje, não se manifesta apenas de forma explícita, mas também de maneira velada, infiltrando-se em instituições e estruturas sociais. As disparidades socioeconômicas, a falta de representatividade nas esferas de poder e os preconceitos cotidianos evidenciam a continuidade do racismo no Brasil.

Ainda hoje, há a insistência de que, em terras brasileiras, a escravidão foi mais branda, afirmando-se não haver preconceito racial no país, o que nos impede de entender de que maneira “o sistema escravocrata ainda impacta a forma como a sociedade se organiza” (RIBEIRO, 2019, p. 8). No entanto, pode-se notar que se trata de uma postura totalmente incongruente, especialmente, quando se relembra dados, como os referentes à expectativa de vida dos homens escravizados, no Brasil, que era de 25 anos, um número bem mais baixo que a média nos EUA, que era de 35 anos, para o mesmo grupo (RIBEIRO, 2019).

Diante disto, pesquisadores como Liliam Schwarcy, Grada Quilomba, Silvio Almeida, Djamila Ribeiro, entre outros, travam uma luta incansável a

fim de conscientizar a população sobre a temática. Para isso, segundo Ribeiro (2019),

O primeiro ponto a entender é que falar sobre racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando as consequências. Deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e à distribuição de riquezas (RIBEIRO, 2019, p. 6).

Como pontuou Silvio Almeida (2019), no livro *Racismo estrutural*, para combater-se o racismo não basta não se identificar como não racista. Em verdade, o preconceito racial está intrínseco às estruturas sociais e apenas pode ser realmente desafiado em ações contrárias que favorecem o seu fortalecimento, pois a passividade nada mais é do que o estímulo para seu reforço:

Enfim, sem nada fazer, toda instituição irá se tornar uma correia de transmissão de privilégios e violências racistas e sexistas. De tal modo que, se o racismo é inerente à ordem social, a única forma de uma instituição combatê-lo é por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas (ALMEIDA, 2019, p. 57).

Neste sentido, este artigo propõe a análise da obra *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada* (2014), com foco no seu potencial de denúncia contra o racismo estrutural no Brasil, tendo em consideração a maneira como o fato de Carolina ser uma mulher interfere nessa experiência. Para tanto, como aporte teórico principal, foi escolhida a obra *O que é lugar de fala?*, de 2017, escrita por Djamila Ribeiro, cujo objetivo é “desvelar processos históricos que criam desigualdades” (RIBEIRO, 2022). Em seu texto, Ribeiro (2017) reforçou a ideia de que a origem social, assim como a identidade, são elementos determinantes nas oportunidades e falta de oportunidades que um indivíduo pertencente a um grupo irá vivenciar. A discussão torna-se então ponto fundamental para pensar-se a trajetória de Carolina Maria, cuja obra continua sendo revisitada para a compreensão de temas ainda problemáticos no Brasil atual.

1 Carolina Maria de Jesus: vida e obra

Conforme constatou Deise Quintiliano Pereira (2019), a maior parte da obra literária de Carolina Maria de Jesus caracteriza-se pela sua natureza memorialística. A autora indica que Carolina Maria de Jesus ganhou notoriedade nacional e internacional após ser descoberta pelo falecido jornalista Audálio Dantas, em 30 de maio de 2018. Ele a encorajou e viabilizou a publicação de seus diários, inicialmente em pequenos trechos veiculados em reportagens na revista *O Cruzeiro*. Posteriormente, em agosto de 1960, ocorreu o lançamento do livro *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*. O êxito da obra, na qual Carolina narra sua rotina na favela do Canindé em São Paulo, coincidiu com o clima populista predominante na sociedade brasileira na transição das décadas de 1950/60.

Como exposto por Daniela de Almeida Nascimento (2020), para Carolina, o êxito comercial da publicação apontava para sua inserção no universo literário e para o reconhecimento de sua habilidade como escritora. Entretanto, a análise crítica especializada discordava, considerando o diário carente de mérito literário, rotulando-o como um mero documento factual proveniente de uma pessoa identificada como “favelada” – um epíteto que desempenhou um papel crucial na percepção de sua obra. Por outro lado, ao assumir o papel de mulher negra, pobre, moradora de favela, com níveis educacionais limitados, mãe solteira e catadora de lixo, Carolina Maria de Jesus se estabeleceu como uma figura simbólica na luta contra as injustiças sociais, revelando a condição existencial dos oprimidos (PEREIRA, 2019).

Neste sentido, este artigo considera o objeto de análise selecionado como uma produção artística autobiográfica, escrita de si situada entre o discurso referencial, memorial e ficcional (NASCIMENTO, 2020). Apenas o verbete “diário”, impresso no título da obra, parece ser insuficiente para comprovar que a obra lida trata-se narrativa da existência de um sujeito, logo, de relatos autobiográficos. Parece pouco também categorizar a obra como uma “escrita de si” apenas com o conhecimento de mundo e de leitor que permita a constatação de que há um “eu”, cuja existência pode ser comprovada fora do texto (ou mesmo limitada ao texto), que documenta um passado recentemente concluído, com o respaldo de datas e diversas anotações, e fragmenta, assim, a suposta experiência de vida (ANDRADE, 2008 *apud* SILVA, 2013)⁴. Por isso, empreende-se uma breve discussão

4 Não é pretendido, neste artigo, discutir sobre os princípios da *autofiction* observados por Olmi (2006), na esteira de Philippe Forest. Segundo a autora, a consciência crítica poderia transformar qualquer narrativa de existência em romance, consequentemente, em fábula, pois, toda narrativa, mesmo que sob o propósito de dizer “a verdade” sobre a própria vida, transforma-se em ficção.

sobre os termos necessários para a compreensão da análise aqui empreendida que toma o livro de Maria Carolina como autobiográfico.

Conforme Alba Olmi (2006), nos círculos acadêmicos, a autobiografia, em especial, a feminina, tem despertado a atenção para a relevância e extensão que os estudos interdisciplinares e multiculturais vêm assumindo no campo da literatura. Essa abordagem pode revitalizar obras literárias consideradas marginais ou periféricas dentro de um contexto literário distinto, uma perspectiva bastante pertinente quando se discute o cânone e se busca resgatar a literatura periférica, especialmente a pós-colonial (OLMI, 2006).

Para considerar a obra autobiográfica, este artigo pauta-se na tese de Germana Henriques Pereira de Sousa, intitulada *Carolina Maria de Jesus: o estranho diário da escritora vira-lata*, apresentada na Universidade de Brasília, em 2004, e posteriormente publicada como um livro homônimo em 2012. Nessas produções, a autora destacou o valor estético da escritora por meio de uma análise de suas obras autobiográficas, incluindo os diários. Sousa (2012, p. 147) asseverou que nos estudos sobre a escritora Carolina Maria de Jesus, biografia e autobiografia se entrecruzam, sendo: “biografia, pois sua história de vida para muitos críticos suplanta a sua criação estética; e autobiografia, porque a gênese da criação literária da autora está intrinsecamente ligada à criação de um espaço autobiográfico”.

O estudo da obra literária de Carolina exige que se considerem os determinantes biográficos, os quais estão em sua origem, mas sem pautar as compreensões somente neles: “O diário de Carolina abre o espaço para o crítico estudar e compreender a sua obra por meio da autorreflexão que a autora faz dentro dele. Sendo também uma criação estética, o cotidiano da autora, sua condição social, é fator determinante da construção literária” (SOUSA, 2012, p. 147). Desse modo, a análise de *Quarto de Despejo: o Diário de uma Favelada* demanda a consideração de dados da vida da autora e a percepção da sua narrativa não apenas como um objeto artístico, mas como o relato de alguém que viveu aquelas situações.

É importante destacar que, apesar de o diário ser um gênero sem tanto prestígio entre o cânone literário, isso não interfere na compreensão de que o texto de Carolina Maria de Jesus representa um grande marco na literatura brasileira, cuja literariedade, estética, autenticidade e legitimidade são inquestionáveis. Há a necessidade desta ressalva, porque, seja devido ao tema, seja devido ao gênero, a obra *Quarto de despejo* é, muitas das vezes, reduzida à exemplificação de uma escrita estigmatizada como a de uma mulher pobre, cuja função é a de representar a “realidade” da favela, desmerecendo a literariedade ou o valor estético e composicional de sua obra (ROCHA, 2021).

Carlos F. Silva (2013) afirmou que a escrita de Carolina fala de si e do outro como instrumento de denúncia social. Ele destacou que, em *Quarto de despejo*, a autora fala de si, fala da rotina, da família, dos sonhos e fantasias, sendo ora a favelada que denuncia os sofrimentos vividos por ela e pelos moradores do local, ora a moradora que vai denunciar as atitudes ruins que os favelados cometem inclusive contra ela. Em consonância com Jandariane Nascimento Bispo (2019), isso evidencia que Carolina realiza uma avaliação de si mesma e do outro por meio da prática de escrita. Ao colocar no papel suas vivências, expectativas e desilusões, ela não apenas se revela como sujeito, mas também utiliza a escrita como um meio de denúncia social. Por isso, a escrita grafada da narrativa foi mantida conforme a edição de 2014, da editora Ática, utilizada nesta análise.

O livro acompanha a narrativa de Carolina Maria desde julho de 1955 até primeiro de janeiro de 1960, ano de lançamento da obra. Ela compartilha com o leitor todas as dificuldades enfrentadas pela migrante mineira dentro da favela do bairro do Canindé perto do Rio Tietê, em SP. Segundo a autora, a cidade era vista da seguinte maneira: “Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2014, p. 52). Seguindo essa linha de raciocínio, pode-se pressupor o emprego do título do livro, pois, conforme ela:

Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou objeto fora de uso, digno de um *quarto de despejo* (JESUS, 2014, p. 61, **grifo nosso**).

A protagonista, que havia se mudado para a cidade, para exercer a função de empregada doméstica, após ser despedida da casa em que trabalhava, com três filhos para criar sozinha, teve que se submeter à vida no “quarto de despejo”, tornando-se catadora de papel. Como tal, teve que trabalhar por horas, a fim de conseguir algum dinheiro com a venda do material, mas a renda poucas vezes garantia o alimento do dia e, muito menos, de suas crianças. A sobrevivência é o motor de Carolina, que nunca lhe permite descanso. Em sua voz: “[...] o pobre não repousa. Não tem o privilegio de gosar descanso” (JESUS, 2014, p. 17).

Durante a leitura de sua escrita, é indispensável também refletir sobre o próprio ambiente em que habitava, a favela, que, em várias ocasiões, foi retratada como um lugar, onde as pessoas revelavam o seu pior lado, deixando florescer vícios e comportamentos violentos. Em vários momentos, foram

narradas cenas de agressão doméstica: “A Silvia e o esposo já iniciaram o espetáculo ao ar livre. Ele está lhe espancando” (JESUS, 2014, p. 19); maltrato infantil: “As vezes eu saio, ela vem até a minha janela e joga o vaso de fezes nas crianças. Quando, eu retorno, encontro os travesseiros sujos e as crianças fétidas” (JESUS, 2014, p. 22); brigas entre vizinhos, além de extorsão e tantas outras violências.

Contudo, as intrigas não se limitavam àquele lugar, até mesmo os habitantes que circundavam a favela eram agentes das mais sórdidas ações:

Fiquei horrorizada! Haviam queimado meus cinco sacos de papel. A neta de D. Elvira, a que tem duas meninas e que não quer mais filhos porque o marido ganha pouco, disse: [...].

Percebi que foi ela quem queimou meus sacos. Resolvi retirar com nojo delas. Aliás já haviam dito-me que eles são uns portugueses malvados. Que a D. Elvira nunca fez um favor a ninguém. Para eu ficar prevenida. *Não estou ressentida. Já estou habituada com a maldade humana* (JESUS, 2014, p. 46, **grifo nosso**).

A familiaridade da protagonista com a perversidade humana não foi suficiente para corrompê-la. Carolina, no entanto, ao não reproduzir o mesmo comportamento, era em várias ocasiões repreendida, pois, conforme as suas palavras: “Aqui, todas imprecam comigo. Dizem que falo muito bem. Que sei atrair os homens. [...] Quando fico nervosa não gosto de discutir. Prefiro escrever. Todos os dias eu escrevo. Sento no quintal e escrevo” (JESUS, 2014, p. 35). Esse trecho revela não só uma certa inadequação diante do outro, como também a eleição da escrita como um lugar seguro para expressar-se.

A autora, então, utilizava a escrita como um possível refúgio para os problemas cotidianos. Embora a sua origem social não lhe tivesse permitido que prosseguisse com os seus estudos para além da segunda série do ensino fundamental, ela era reconhecida pelo seu gosto pela arte clássica, tanto que escutava valsas vienenses e mantinha uma coleção de livros que manuseava diariamente: “Não sei dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem” (JESUS, 2014, p. 39). Essa proximidade que mantinha com os livros era tida pelos seus conhecidos ora com estranheza, ora com preconceito: “– Nunca vi uma preta gostar tanto de livros como você” (JESUS, 2014, p. 42).

A maneira com que era enxergada afetou-lhe a ponto de fazê-la questionar o seu esforço enquanto escritora: “Há tempos que eu pretendia fazer o meu diário. Mas eu pensava que não tinha valor e achei que era perder

tempo” (JESUS, 2014, p. 46). Entretanto, isso não lhe impedia de continuar sonhando e tentando mudar sua vida através da literatura: “É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro, comprar um terreno para eu sair da favela” (JESUS, 2014, p. 45).

As dificuldades que passava lhe faziam entender a importância da liderança política e da necessidade de ser feita por pessoas que compreendiam o sofrimento alheio. Por isso, dizia: “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças” (JESUS, 2014, p. 48). A realidade da política brasileira tirava-lhe a esperança, a confiança em seus representantes, mas não em sua luta:

A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo o que está fraco, morre um dia.

Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido (JESUS, 2014, p. 65).

Apesar disso, a fome era uma das poucas coisas que lhe fazia repensar a sua força. Ela era a sua companheira constante, o abutre que tentava lhe ceifar a vida, contra o qual diariamente se impunha: “E assim no dia 13 de maio de 1958 eu lutava contra a escravidão atual – a fome!” (JESUS, 2014, p. 48). Às vezes, sem muita vontade para vencê-la, como é notório no excerto a seguir:

Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil? Eu estava descontente que até cheguei a brigar com o meu filho José sem motivo (JESUS, 2014, p. 54).

Infelizmente, o combate diário para garantir o mínimo para sobreviver, fazia-lhe relatar constantemente as suas dúvidas sobre a vida, questionando se valia a pena carregar um fardo tão pesado em nome dela. Tanto que, em até pequenos momentos de felicidade, essa reflexão pairava:

Eu estou começando a perder o interesse pela existência. Começo a revoltar. E a minha revolta é justa. [...] Contemplava extasiada o céu cor de anil. E eu fiquei compreendendo que eu adoro o meu Brasil. O meu olhar posou nos arvoredos que existe no início da rua Pedro Vicente. As folhas movia-se. Pensei: elas estão aplaudindo este meu gesto de amor a

minha Pátria. [...] Toquei o carrinho e fui buscar mais papéis. A Vera ia sorrindo. E eu pensei no Casimiro de Abreu, que disse: ‘Ri criança. A vida é bela’. *Só se a vida era boa naquele tempo. Porque agora a época está apropriada para dizer: ‘Chora criança. A vida é amarga’* (JESUS, 2014, p. 58, **grifo nosso**).

Neste trecho, Carolina Maria de Jesus estabelece uma relação com a literatura canônica, especialmente ao parafrasear Casimiro de Abreu. Quando menciona a expressão “Ri criança. A vida é bela” do poeta, ela reformula-a, sugerindo uma visão mais realista, irônica e crítica da vida, como se nota no trecho grifado. Essa releitura indica a vivência de Carolina diante de desafios e adversidades, inserindo uma perspectiva própria e contundente em seu diário sobre as leituras que realizava.

Além disso, ao mencionar seu amor pelo Brasil enquanto contempla o céu e as árvores, Carolina não apenas destaca sua relação afetiva com o país, mas também demonstra a influência da literatura canônica em sua percepção poética do ambiente. A referência a Casimiro de Abreu parece funcionar como uma ponte entre sua realidade e a idealização da vida proposta pelo poeta. Mesmo diante das dificuldades, como quando decide buscar mais papéis para continuar escrevendo, Carolina parece indicar a literatura como uma fonte de motivação e resistência. Essa relação com a escrita ilustra sua busca por uma vida melhor por meio das letras, destacando a importância da expressão literária como uma ferramenta para superar as amarguras da existência e manter viva a esperança.

Mesmo quando era capaz de sonhar com o que tanto almejava, sentia receio de ser tentada por um desejo que nunca poderia se materializar. O seu sonho era nada menos que uma vida digna, suficientemente confortável para não ver sua prole passando necessidade.

Passei uma noite horrível. Sonhei que eu residia numa casa residível, tinha banheiro, cozinha, copa e até quarto de criada. Eu ia festejar o aniversário de minha filha Vera Eunice. Eu ia comprar-lhe umas panelinhas que há muito ela vive pedindo. Porque eu estava em condições de comprar. Sentei na mesa para comer. A toalha era alva ao lírio. Eu comia bife, pão com manteiga, batata frita e salada. Quando fui pegar outro bife despertei. Que realidade amarga! Eu não residia na cidade. Estava na favela. Na lama, nas margens do Tietê. E com 9 cruzeiros apenas. Não tenho açúcar porque ontem eu saí e os meninos comeram o pouco que eu tinha (JESUS, 2014, p. 66).

Ao longo de seus registros, Carolina também narrava o destino daqueles que não conseguiram perseverar como ela, especialmente, os homens que, sozinhos, eram levados pelo vício, sendo a morte precoce o resultado, seja

devido à fome ou à intoxicação alimentar daquilo que conseguiam no lixo.

Ao fim da sua obra, embora, a autora tenha conseguido o sucesso necessário para transformar a sua realidade e a de suas crianças, as dificuldades e preconceitos enfrentados ao se mudar para um bairro de classe média, como relata em seu segundo livro: *Casa de Alvenaria* (2021), demonstra o quanto o seu destino foi uma exceção entre aqueles que tinham a mesma origem social, já que o fato de ter vindo de uma favela, além de ser uma mulher negra e solteira, fazia com que ainda tivesse que enfrentar situações de discriminação e racismo.

Para compreender e problematizar as oportunidades, mas especialmente a falta delas, na vida daqueles indivíduos que tinham semelhante experiência com a escritora Carolina Maria, na próxima seção será discutido o conceito de lugar de fala, a partir de Djamilia Ribeiro (2017).

2 Lugar de fala

No século XIX, a feminista negra Sojourner Truth, nascida escrava em 1797, já denunciava de maneira contundente as experiências diversas vividas pelas mulheres. Em seu famoso discurso, *Ain't I a woman?*, a militante protestava contra o apagamento da realidade que ela, como mulher negra, presenciava:

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, a serem levantadas sobre poças de lama e a terem o melhor lugar em todos os lugares. Ninguém nunca me ajuda a entrar em carruagens, ou sobre poças de lama, ou me dá o melhor lugar! E eu não sou uma mulher? Olhe para mim! Olhe para o meu braço! Eu arrotei e plantei, e colhi nos celeiros, e nenhum homem poderia me superar! E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem - quando conseguia - e suportar o chicote também! E eu não sou uma mulher? Eu dei à luz treze filhos e vi quase todos serem vendidos como escravos, e quando chorei com a dor de mãe, só Jesus me ouviu! E eu não sou uma mulher?. (TRUTH, 1851, tradução nossa)⁵

⁵ No original: That man over there says that women need to be helped into carriages, and lifted over ditches, and to have the best place everywhere. Nobody ever helps me into carriages, or over mud-puddles, or gives me any best place! And ain't I a woman? Look at me! Look at my arm! I have ploughed and planted, and gathered into barns, and no man could head me! And ain't I a woman? I could work as much and eat as much as a man - when I could get it - and bear the lash as well! And ain't I a woman? I have borne thirteen children, and seen most all sold off to slavery, and when I cried out with my mother's grief, none but Jesus heard me! And ain't I a woman?

No trecho do seu discurso, a autora evidenciou a tentativa da universalização da categoria mulher, pois o gênero não garantia que as experiências fossem as mesmas entre os indivíduos que a compartilhassem e, sim, o patriarcalismo que cultua o sexismo e separa as pessoas devido ao sexo biológico (BUTLER, 2003). Como exemplo dessa ideia, Butler afirma: “Não é o caso de que exista um ‘eu’ anterior ao poder, ao qual ele se dirige, um ‘eu’ que pode ser libertado ou aprisionado por sua operação” (BUTLER, 2003, p. 10). Essa passagem destaca como as estruturas de poder moldam e constroem os próprios sujeitos, desafiando a noção de uma identidade essencial e pré-determinada.

O discurso de Truth revelou a tentativa de unificação da experiência de um grupo, erro cometido de maneira recorrente dentro da primeira onda feminista, como comprovado por Ribeiro (2017), além de vozes conhecidas como Bell Hooks, Tony Morisson, Françoise Vergès e Audre Lorde. Embora, não tenha faltado quem se posicionasse de maneira contrária à tentativa da universalização da experiência feminina, especialmente mulheres pertencentes a outros tipos de grupos periféricos ou de feministas neoliberais, o fato de que a epistemologia legitimada se justapõe ao privilégio econômico demonstra a razão da invisibilidade destas denúncias. Até porque:

[...] quem possui o privilégio social possui o privilégio epistêmico, uma vez que o modelo valorizado e universal da ciência é branco. A consequência dessa hierarquização legitimou como superior a explicação epistemológica eurocêntrica conferindo ao pensamento moderno ocidental a exclusividade do que seria conhecimento válido, estruturando-o como dominante e, assim, inviabilizando outras experiências de conhecimento (RIBEIRO, 2017, p. 19).

Nesse sentido, não é surpresa o sucesso da obra de Carolina Maria de Jesus, responsável por relatar o cotidiano do sujeito marginalizado de São Paulo e da mulher evidenciada por Truth, cuja vicissitude enfrentada supera qualquer expectativa construída por um público leitor fora daquela realidade, especialmente no exterior, já que foi essa forte impressão causada por sua narrativa que lhe garantiu ser tão bem recepcionada em países estrangeiros. O que poderia demonstrar, de maneira ambivalente, um certo fetichismo ou deslumbramento da classe erudita e média diante da “realidade” da pessoa pobre.

Apesar do exposto, o relato de Carolina demorou a ser reconhecido pelo público, pois, embora ela buscasse há muito tempo se consolidar como escritora e publicar as suas obras, entre as justificativas para a não obtenção de êxito em suas primeiras tentativas pode-se pensar na própria origem da sua

escrita: uma mulher semianalfabeta negra, desfavorecida economicamente a tal ponto de sobreviver graças ao trabalho de reciclagem e doações.

Em 17 de julho de 2020, a Companhia das Letras anunciou que obras de Carolina Maria de Jesus seriam recuperadas a partir dos cadernos que escrevia. Conforme declaração da editora, a iniciativa revelaria o desejo de restituir a voz autêntica dela, oferecendo ao público o seu projeto literário na íntegra. Foi ressaltado ainda que o projeto editorial: “é ainda um esforço de reparar a rejeição e estigmatização que Carolina por décadas sofreu dos círculos literários, fruto de um racismo estrutural que lhe negava a presença nesses espaços” (BLOG DA COMPANHIA, 2020).

Revelando a seriedade do projeto, ele foi supervisionado por um conselho editorial composto por Vera Eunice de Jesus, filha de Carolina, pela escritora Conceição Evaristo e pelas pesquisadoras Amanda Crispim, Fernanda Felisberto, Fernanda Miranda e Raffaella Fernandez (BLOG DA COMPANHIA, 2020). É interessante pensar que, depois dessa iniciativa, Carolina Maria de Jesus recebeu uma homenagem póstuma, ganhando o título de *doutor honoris causa*, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Indo além, deve-se considerar que a língua como instrumento de comunicação não está isenta das influências da ideologia e, como tal, auxilia na manutenção do poder, especialmente quando invalida formas de expressões não legitimadas pela língua padrão. Não por acaso, a assertiva pode ser comprovada na vida e obra de Carolina Maria de Jesus, pois, se por um lado alguns críticos como Wilson Martins, duvidavam na capacidade de uma mulher de origem tão humilde escrever obras de tamanha relevância, outros, por outro lado, descredenciavam o relato da escritora como uma obra artística, em razão dos erros gramaticais, os quais causaram bastante controvérsia, quando a editora Companhia das Letras anunciou as correções do original para a nova edição. Tal situação, entre muitas outras, auxiliam a demonstrar a importância da:

[...] decolonização do conhecimento e a refutação de uma neutralidade epistemológica. Importante ressaltar o quanto é fundamental para muitas feministas negras e latinas a reflexão de como a linguagem dominante pode ser utilizada como forma de manutenção do poder, uma vez que exclui indivíduos que foram apartados das oportunidades de um sistema educacional justo. A linguagem, a depender da forma como é utilizada pode ser uma barreira ao entendimento e criar mais espaços de poder em vez de compartilhamento, além de ser um – entre tantos outros – impeditivo para uma educação transgressora (RIBEIRO, 2017, p. 20-21).

Além disso, é possível perceber de que maneira a fala nunca pode ser recepcionada baseada apenas em seu conteúdo, a identidade também é um fator determinante. Nesse caso: “seria preciso, então, desestabilizar e transcender a autorização discursiva branca, masculina cis e heteronormativa e debater como as identidades foram construídas nesses contextos” (RIBEIRO, 2014, p. 22). Desse modo, vozes como a da Carolina Maria de Jesus não seriam inviabilizadas e apagadas, como tantas vezes tentaram.

Deve-se ainda tomar em consideração a trajetória da escritora, tanto como indivíduo quanto elemento de grupo identitário, cujas características reforçam a discrepância entre sua experiência de vida com a daquela considerada como padrão. Destarte,

Seguindo nesse pensamento, um projeto de descolização epistemológica necessariamente precisaria pensar a importância epistêmica da identidade, pois reflete o fato de que experiências em localizações são distintas e que a localização é importante para o conhecimento (RIBEIRO, 2017, p. 24).

Desse modo, políticas reducionistas, que desconsideram a heterogeneidade das identidades, por mais que aleguem visarem os benefícios indistintamente, apenas criam maiores lacunas de discriminação. Assim, ao “persistirem na ideia de que são universais e falam por todos, insistem em falar pelos outros, quando, na verdade, estão falando de si ao se julgarem universais” (RIBEIRO, 2014, p. 24).

Seguindo essa linha de raciocínio, os autores Steinberg e Kincheloe, em *Smoke and Mirrors: More than One Way to Be Diverse and Multicultural* (2009), demonstram como a sociedade contemporânea é moldada pela supremacia branca, que é seu princípio padronizador. Além disso, é importante compreender que:

A supremacia branca atesta seu poder através da capacidade de se fazer imperceptível. A branquidão não é descrita e nem separada como uma cultura à parte no mundo. Não é preciso introdução para apresentá-la e nem está presente em textos multiculturais. Porém, é um ‘nada’ mais poderoso que podemos conjurar (STEINBERG; KINCHELOE, 2009, p. 14, tradução nossa)⁶.

Em outras palavras, um dos fatores que garantem o poder da etnia caucasiana é o fato de sua categoria ser apagada, deixando de ser mais

⁶ No original: “The white supremacist power bloc assumes its power from its ability to erase its presence. As the measure of all others, whiteness is unhyphenated, undepicted in ‘cultures of the world’, in no need of introduction, and absent in most multicultural texts. Undoubtedly, it is one of the most powerful ‘nothings’ we can conjure”.

um grupo, para ser o padrão. O seu próprio apagamento ou apreensão por sistemas capitalistas, neoliberais, dificulta a sua contestação, o que ratifica a sua hegemonia. Tais observações podem ser verificadas no objeto de estudo deste trabalho, principalmente, por duas formas: a primeira, quando Carolina elogia os brancos, como se fossem “naturalmente superiores”; ou quando sofre preconceito racial.

Como exemplo do primeiro, tem-se os seguintes enunciados: “Antigamente eram os pretos que criavam os brancos. Hoje são os brancos que criam os pretos” (JESUS, 2014, p. 39); “Mas os brancos agora são mais cultos. E não nos trata com desprezo. Que Deus ilumine os brancos para que os pretos sejam feliz” (JESUS, 2014, p. 50). Por outro, o testemunho de situações em que foi discriminada são inúmeras vezes mais frequente: “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles responderam-me: – É pena você ser preta” (JESUS, 2014, p. 112).

Os obstáculos enfrentados por Carolina eram explicitamente maiores do que de modo usual um homem branco teria e, simplesmente, em razão da sua identidade. Para compreender essa problemática, é interessante considerar a categoria do *Outro*, termo utilizado pela filósofa francesa Simone Beauvoir (1980), responsável pela expansão e fortalecimento da teoria feminista. O conceito foi criado tendo como parâmetro os estudos de Hegel sobre a dialética entre escravo e o seu senhor, que culminaram na publicação do aclamado livro *O segundo sexo* em 1949, em que a autora esclareceu:

[...] segundo Hegel, descobre-se na própria consciência uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência; o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto (BEAUVOIR, 1980, p. 11-12).

Diante desta análise, Beauvoir (1980) teorizou sobre a construção da mulher, para ela, imagem simbólica criada e mantida em várias culturas, de que o sujeito feminino seria o *Outro* do homem. Sendo assim, ela não teria uma independência identitária, seria sempre vista como objeto, a partir de sua função. Por isso, ela nunca seria beneficiada com todas as oportunidades das quais o sexo oposto era privilegiado.

As ideias de Beauvoir (1980) foram expandidas, inclusive por Grada Kilomba, autora da obra *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism* (2012), na qual a feminista defende que a mulher negra, em razão da sua etnia, seria o *Outro do Outro*,

A realidade da mulher negra, no entanto, é um fenômeno híbrido, [...]. Um fenômeno que atravessa várias concepções de 'raça' e 'gênero', nossa realidade pode apenas ser adequadamente abordada quando esses respectivos conceitos forem considerados (KILOMBA, 2012, p. 56-57, tradução nossa)⁷.

Esta percepção justifica as inúmeras dificuldades que Carolina Maria teve de enfrentar enquanto mulher negra, que não podem ser discutidas separadamente, já que a sua identidade era uma fusão dessas características. Além disso, como mulher negra, pobre, catadora de papel, ela não possuía formação formal, o que a relegara a uma escrita que não chegaria à “alta” literatura, por ser considerada “errada”. A leitura de sua obra pode acionar inclusive preconceitos de raça, de classe, linguístico e intelectual (ROCHA, 2021).

Diante desse quadro, é possível argumentar a favor do *feminist standpoint*, termo criado para indicar a diversidade de experiências, salientando as divergências ocasionadas pela identidade e pela diferença social. Dessa forma, o conceito auxilia no entendimento de que os indivíduos percebem e vivem as situações de maneira diferente devido a suas idiossincrasias, o que também favorece a compreensão do papel da marcação do lugar de fala. Como defendeu Djamila Ribeiro:

a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de **lugar de fala**. Ao reivindicar os diferentes pontos de análises e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem as propõem, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica (RIBEIRO, 2017, p. 54, **grifos nossos**).

Como é o caso da escritora mineira, a sua trajetória, embora seja única, ajuda na compreensão das “experiências historicamente compartilhadas em grupo” (RIBEIRO, 2017, p. 54). A consideração desse fator ainda possibilita entender como o lugar social, ocupado por certos grupos, limita as suas oportunidades. Como afirmou a feminista Patricia H. Collins: “é a localização social comum nas relações hierárquicas de poder que cria grupos e não o resultado de decisões coletivas tomadas por indivíduos desses grupos” (COLLINS apud RIBEIRO, 2017, p. 56).

⁷ No original: “The Black female reality, however, is a hybrid phenomenon, [...]. A phenomenon that crosses several conceptions of ‘race’ and ‘gender’, our reality can only be adequately approached when these respective concepts are taken into account”.

Paralelamente, é necessário reforçar ainda que reduzir as experiências de um grupo baseado nas trajetórias individuais é não somente um equívoco como também um agravante para o progresso de políticas inclusivas. Outrossim,

Reduzir a teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala somente às vivências seria um grande erro, pois aqui existe um estudo sobre como as opressões estruturais impedem que indivíduos de certos grupos tenham direito à fala, à humanidade. O fato de uma pessoa ser negra não significa que ela saberá refletir crítica e filosoficamente sobre as consequências do racismo. Inclusive, ela até poderá dizer que nunca sentiu racismo, que sua vivência não comporta ou que ela nunca passou por isso. E sabemos o quanto alguns grupos adoram fazer uso dessas pessoas (RIBEIRO, 2017, p. 62-63).

No cenário atual da política brasileira, há inúmeros casos utilizados pelos partidos de direita/conservadores, que se apropriaram de discursos individuais de sujeitos pertencentes a grupos em situação de periferia em relação ao centro, mas que dizem não compartilhar das convicções de movimentos progressistas. É, por isso, que a recuperação e a nova onda de estudos culturais brasileiros responsáveis pelo (re)descobrimto de escritores como Carolina Maria de Jesus representa um passo importante dentro de tais embates na contemporaneidade.

Em relação ao tema, é interessante também retomar o texto da professora indiana Gayatri Spivak, *Can the subaltern speak?*, que durante o capítulo do seu livro homônimo, conclui:

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à ‘mulher-negra, pobre’ como um item respeitoso na lista de prioridade globais. A representação não definiu. A mulher como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar como um floreio (SPIVAK, 2010, p. 126).

Embora a argumentação válida de Spivak (2010) esteja considerando que o periférico tem a sua voz invisibilizada pela sua origem social/identitária, a assertiva que faz é considerada problemática por muitos, pois reforçaria a ideia de que nunca lhe dariam a chance de se expressar e muito menos de ser ouvido. Por isso, para Patricia Collins e para Grada Kilomba (2012), compartilhar de tal pensamento é se justapor à norma colonizadora, mais do que isso, de:

[...] validar esse discurso como absoluto significaria também acreditar que grupos oprimidos só podem se identificar com

o discurso dominante e nunca serem capazes de pensar suas próprias condições de opressão a que são submetidos. Igualmente significaria a impossibilidade de pensar alguma interpretação válida independente que refute o discurso colonial (RIBEIRO, 2017, p. 70).

Mesmo que o sujeito subalterno, segundo Spivak (2010), não tenha uma voz autorizada, é preciso que seja promovida uma literatura brasileira cada vez mais diversa, representativa, que olhe para além dos muros que dividem e excluem os sujeitos e propicie mais espaços para sujeitos invisibilizados. Isso porque, segundo Dalcastagnè (2012), quando a literatura brasileira ignora as suas particularidades de formação, ela se torna cada vez mais acachapada, preguiçosa e nada relevante, uma vez que a representação ou performance escrita só (re)produz os estereótipos reservados ao homem branco, com formação superior, de classe média-alta, morador dos grandes centros urbanos.

Isto significa, por exemplo, ter acesso a representações clássicas, mas que reproduzem preconceitos estruturais da sociedade brasileira, como a feita por Jorge Amado – conhecido como um representante genuíno do povo, em sua mais conhecida obra, *Capitães de Areia*, de 1937. Ao retratar uma personagem adolescente negra, o autor baiano reproduziu grandes estereótipos, atravessados por uma visão misógina e racista, como no episódio em que Pedro Bala encontrou esta menina na praia e estuprou-a. Isso denotaria um preconceito, construído, estruturalmente, em uma sociedade que considera a mulher negra e pobre como uma espécie de bem público. Posto em comparação à garota Dora, o preconceito velado é atestado por meio do silenciamento da identidade da mulher negra (ORLANDI, 2005) recebendo não só um nome na narrativa, como também um porto seguro, quase santificado, ao lado do chefe dos meninos (ROCHA, 2021).

Paralelamente, outra problemática que se destaca quanto ao assunto, é o desconforto em escutar. Se é preciso ter oportunidade para falar, nem todos estão dispostos a tentar ouvir. Para Ribeiro (2017), isso estaria ligado à noção freudiana de repressão, já que há uma aparente tentativa de manter à distância da consciência verdades desagradáveis, como as desigualdades garantidas pelo patriarcado e pelo racismo. Não surpreendentemente,

Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, “mimimi” ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é vista como inapropriada ou agressiva porque aí se está confrontando poder (RIBEIRO, 2017, p. 75).

Tal consideração pode ser ratificada quando se recorda da notícia do afastamento de uma professora em Salvador, por ter indicado como leitura a obra *Olhos D'água*, da autora negra Conceição Evaristo (CRUZ, 2021). A situação ocorreu no ano passado, em 2021, e revelou mais uma vez os problemas encontrados mesmo dentro da educação no embate contracultura colonial.

De maneira similar, Carolina também sofreu críticas por trazer à tona uma realidade que se tentava ignorar ou não ver (principalmente, num período de políticas desenvolvimentistas), da vida daqueles que viviam nas favelas de São Paulo, já que não é de interesse da hegemonia em solucioná-la. Em seu diário, ela relatava:

Nós somos pobres, viemos para as margens do rio. As margens do rio são os lugares do lixo e dos marginais. Não mais se vê os corvos voando as margens do rio, perto dos lixos. Os homens desempregados substituíram os corvos (JESUS, 2017, p. 61).

A sua fala demonstraria a percepção da autora diante da vivência daquele grupo, ignorado pelo resto da sociedade paulista, pois, de acordo com ela: “**A favela é quarto de despejo**. E as autoridades ignoram que tem o quarto de despejo” (JESUS, 2017, p. 188, **grifos nossos**).

Ao relacionar essa informação com as pontuações de Foucault em “Power and Knowledge” (1980), podemos destacar que Carolina Maria de Jesus desafia as estruturas de poder estabelecidas ao revelar realidades marginalizadas e silenciadas pela sociedade. Enquanto Foucault abordou o poder como uma rede de relações que moldam e constroem os sujeitos, Carolina expôs a experiência das pessoas marginalizadas nas favelas, desafiando as narrativas dominantes e questionando quem tem o poder de definir o que é válido ou legítimo. O lugar de fala de Carolina Maria permite legitimar as problemáticas há muito debatidas causadas pela herança colonial, patriarcal e patrilinear. No entanto, como bem pontuou Ribeiro (2017), não é apenas o subalterno que deve carregar a responsabilidade de denunciar situações como essas. Assim como é necessário saber identificar o seu próprio lugar de fala:

[...] falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem. Em outras palavras, é preciso, cada vez mais, que homens brancos cis estudem branquitude, cisgeneridade, masculinos. Como disse Rosane Borges, para a matéria *O que é lugar de fala e como ele é aplicado no debate*

público, pensar lugar de fala é uma postura ética, pois “saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdade, pobreza, racismo e sexismo” (RIBEIRO, 2017, p. 78).

Em conjunto, tais posturas auxiliam no desmantelamento das iniquidades, frutos de preconceito e hierarquização econômica. Diante disso, obras como a de Carolina Maria surgem como elemento chave em tal empreitada.

3 Considerações finais

A análise da obra *Quarto de despejo: Diário de uma Favelada*, de Carolina Maria de Jesus (2014), em conjunção com leitura do ensaio de Djamilia Ribeiro (2017), foi feita a fim de se pudesse ensinar uma reflexão sobre como o compartilhamento de experiências como a de Carolina Maria de Jesus, através da literatura, são ferramentas importantes para a consideração da ideia de lugar de fala.

Como advertido, anteriormente, a proposição se encaixa dentro das discussões promovidas atualmente, que, diante da ascensão de governos autoritários, cuja proposta de trabalho está ligada à tentativa do apagamento da heterogeneidade da população, precisam cada vez mais serem promovidas e legitimadas. Quando esse tipo de postura ganha força, há a tentativa de tornar invisíveis experiências coletivas, desconsiderando fatores imprescindíveis para o desmantelamento das desigualdades sociais.

Dentro desse cenário, entende-se a relevância da discussão sobre termos como lugar de fala, já que apenas com esse tipo de consideração medidas políticas mais inclusivas poderão se tornar realidade. Como bem exemplifica, Ribeiro em entrevista:

Qual o lugar social da população negra na atualidade? Quais são as experiências que essas pessoas compartilham como grupo. Quando se considera o Brasil, quais são as experiências que os homens negros compartilham? Alta taxa de encarceramento; alta taxa de letalidade; [...] desemprego [...] As mulheres? Alta taxa de mortalidade materna; feminicídio [...] para poder entender qual é essa realidade, quais são as consequências de partir deste lugar social [...]. E, logo, se essa população historicamente [...] está alijada de uma série de direitos as suas produções, as suas vozes, também serão alijadas de determinados espaços. Eu estou fazendo um desvelamento de um processo histórico que cria essas desigualdades e a partir disso pensar em saídas emancipatórias (RIBEIRO, 2022).

Assim, narrativas como a de Carolina Maria servem como testemunho e instrumento de conscientização social sobre realidades divergentes e, poucas vezes, reconhecidas, como ela mesmo objetivava: “Aqui na favela quase todos lutam com dificuldades para viver. Mas quem manifesta o que sofre é só eu. E faço isto em prol dos outros” (JESUS, 2014, p. 59). Em síntese, pode-se dizer que o constante esforço da autora em divulgar essas dificuldades foi importante tanto para ela como indivíduo como membro de um grupo social e, felizmente, reverbera até hoje.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Trad. Sérgio Miller. 4 ed. São Paulo: Difusão europeia do Livro, 1980.

BISPO, Jandariane Nascimento. **A escrita autobiográfica de Carolina Maria de Jesus**. 2019. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa) – Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2019.

BLOG DA COMPANHIA. **Carolina Maria de Jesus na Companhia das Letras**. 2020. Disponível em: <https://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/Carolina-Maria-de-Jesus-na-Companhia-das-Letras>. Acesso em: 17 jul. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRUZ, Márcia Maria. Livro vetado: professora é afastada por indicar obra de Conceição Evaristo. **Estado de Minas**, 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2021/11/22/noticia-diversidade,1324744/livro-vetado-professora-e-afastada-por-indicar-obra-de-conceicao-evaristo.shtml>. Acesso em: 21 jan. 2021.

DALCASTAGNÊ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea: um território contestado**. São Paulo: Horizonte; Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

FONSECA, Luciana Carvalho. Direitos das Mulheres: os discursos de Sojourner Truth em tradução. Migalhas, 2019. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/coluna/migalaw-english/307474/direitos-das-mulheres--os-discursos-de-sojourner-truth-em-traducao>. Acesso em: 18 jan. 2022.

FOUCAULT, M. Power and knowledge. New York, Pantheon Books, 1980.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria**. São Paulo, Companhia das Letras, 2021.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: Diário de uma Favelada. São Paulo, Ática, 2014.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories**: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: https://schwarzemilch.files.wordpress.com/2012/05/kilomba-grada_2010_plantation-memories.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

NASCIMENTO, Daniela de Almeida. **Carolina Maria de Jesus e a escrita de si como lugar de memória e resistência**. 2020. 108 f. Dissertação (Mestre em Estudos Literários) – Programa de Estudos Literários da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, São Paulo, 2020.

OLMI, Alba. **Memórias e memórias**: dimensões e perspectivas da literatura memorialista. 1 ed. Santa Cruz do sul: EDUNISC, 2006. 162p.

ORLANDI, Euni P. **Análise de discurso**. 5 ed. Pontes, 2005.

PEREIRA, Deise Quintiliano. Diário de Bitita: a autobiografia ensaística de Carolina Maria de Jesus. Estud. **Lit. Bras. Contemp.**, Brasília, n. 58, p. 1-10, 2019.

ROCHA, Renata Kelen. **A inquietante presença de sujeitos invisíveis em “Quarenta dias”, de Maria Valeria Rezende**. 2021. 131 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Estadual de Maringá, 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista?** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo de lugar de fala?**. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3hhWTsTfdo4&t=1108>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SILVA, Carlos Fernando Ribeiro. **Contradições em Carolina Maria de Jesus**. 2013. 32f. Monografia (Graduação em Letras) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2013.

SOUSA, Germana Henriques Pereira de. Autobiografia e escrita pessoal. In: SOUSA, Germana Henriques Pereira de. **Carolina Maria de Jesus: o estranho diário da escritora vira-lata**. Vinhedo: Editora Horizonte, 2012. p. 147-168.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STEINBERG, Shirley; KINCHELOE, Joe. Smoke and Mirrors: More than One Way to Be Diverse and Multicultural. In: STEINBERG, Shirley. **Diversity and multiculturalismo: a reader**. New York, NY: Peter Lang Publishing, 2009.

Recebido em fevereiro de 2023

Aprovado em março de 2024